

JOSÉ MARIA NUNES PEREIRA*

OS ESTUDOS AFRICANOS NA AMÉRICA LATINA: UM ESTUDO DE CASO. O CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS (CEAA)**

INTRODUÇÃO

Este trabalho compõe-se de duas partes desigualmente desenvolvidas. A primeira, marcadamente introdutória, traça um perfil dos estudos africanos e de suas tendências atuais nos três países onde eles têm uma forte e ampla implantação acadêmica; por ordem histórica: Inglaterra, França e Estados Unidos. Ainda na primeira parte, faremos menção ao papel desempenhado pela Asociación Latinoamericana de Estudios Afro-Asiáticos (ALADAA), bem como a dois centros de estudos latino-americanos que conheço, além dos três centros brasileiros: Centro de Estudos Afro-Orientais, da Universidade Federal da Bahia, Centro de Estudos Africanos, da Universidade de São Paulo. O terceiro centro, o CEAA, como estudo de caso, ocupará a parte final do trabalho.

Os estudos africanos no Brasil não têm sido objeto, há mais de uma década, de uma análise do seu desenvolvimento. A bibliografia mais recente que envolve centros e programas universitários, está limitada ao livro de Luís Beltrán, a dissertação de J. M. Pereira Conceição e ao trabalho de Zamparoni¹. Além destes,

* Doutor em Sociologia/Estudos Africanos pela Universidade de São Paulo, professor titular em História e Relações Internacionais da África no Instituto de Humanidades da Universidade Cândido Mendes, Rio de Janeiro, onde foi co-fundador do Centro de Estudos Afro-Asiáticos em 1973.

** Este texto é dedicado a Gladys Lechini, que há trinta anos incentiva o trabalho do CEAA com uma generosa amizade.

¹ Beltrán, Luís 1987 *O africanismo brasileiro; incluindo uma bibliografia africanista brasileira (1940-*

conheço três dissertações que tiveram como foco a relação do CEAA com os movimentos negros nas décadas de 1970/80 e sobre o papel desempenhado pela revista do CEAA, *Estudos Afro-Asiáticos*.

Estão igualmente a merecer análise os programas de ensino e pesquisa levados a cabo por várias universidades com destaque para as áreas de literatura e história. Estes programas estão na origem, não só de dissertações e teses, como foram também responsáveis pela edição de vários livros sobre África escritos em parceria com especialistas das duas margens do Atlântico.

A escolha do CEAA como estudo de caso deve-se, antes de mais, ao fato de eu trabalhar nele desde a sua fundação, em 1973, quando transferi minha biblioteca e arquivo sobre África e Ásia, para uma pequena sala da Faculdade Cândido Mendes, em Ipanema, no Rio de Janeiro. No entanto, penso que a melhor justificativa da escolha está no conjunto de singularidades que compõem a história do CEAA.

Em primeiro lugar, a circunstância dele pertencer a uma universidade privada, com o prestígio da centenária “Cândido Mendes”. Isso sempre possibilitou uma autonomia de atuação incomparável, sobretudo durante o regime militar.

Iniciando pelas singularidades não acadêmicas *strito sensu*, destaca-se o papel desempenhado em termos de gestão diplomática e de cooperação técnico-educacional que, desde muito cedo, o CEAA passou a desempenhar em virtude das relações privilegiadas que estabeleceu com os países africanos, especialmente com os cinco de língua portuguesa.

Outra singularidade da atuação do CEAA foi o de desempenhar com frequência, sobretudo até os meados dos anos oitenta, o papel de consultor, em caráter institucional ou individual, com organismos governamentais e instituições e empresas privadas. Este tipo de atuação possibilitou-nos um trabalho de campo extra na África. Isso proporcionou um aprendizado complementar de como se deve analisar o continente africano: não tanto pela sua marca unitária dos tempos da luta anti-colonial mas, sobretudo, pela sua rica e complexa diversidade. Sobre a cooperação técnico-educacional e a realização de um programa de seminários internacionais sem par no Brasil dessa época dos anos oitenta, falaremos adiante, mencionando desde já, o papel de “hospedeiro” que desde a fundação exercemos continuamente para professores, dirigentes políticos e amigos africanos, além de especialistas de outros continentes.

Acerca da referida singularidade da atuação do CEAA, acho oportuno citar uma avaliação de um especialista francês em africanismo. Trata-se de René Pélissier,

1984). (Recife: Pool); Conceição, José Maria Nunes Pereira 1991 *Os estudos africanos no Brasil e as relações com África – um estudo de caso: CEAA (1973-1986)* (FFLCH/USP); Zamparoni, Valdemir 1995 “Os estudos africanos no Brasil: veredas” *Revista de Educação Pública* (Cuiabá) V. 4, Nº5, pp. 105-124.

autor de onze livros sobre os países africanos lusófonos, que foi nosso professor visitante em 1981 e fez um abrangente estudo sobre o africanismo no Brasil². “Qualquer que seja o futuro do africanismo brasileiro, o lugar de honra está reservado para o CEAA, não pela quantidade e qualidade excepcional dos seus estudos, mas pelo trabalho de formiga realizado em termos de ‘conscientização’ [...] De todas as instituições que visitamos numa dezena de países, o CEAA é, talvez com algumas instituições norte-americanas o único que deu prioridade a essa tarefa [...]”. E finalizou: “Espaço privilegiado onde se pode exprimir livremente, ao abrigo do guarda-chuva de um reitor intocável, o CEAA nestes últimos seis anos foi o enclave onde não poucos mitos e tabus da sociedade brasileira foram contestados”³.

Na minha avaliação, a área de atuação do CEAA de maior impacto na sociedade foi a de dedicar-se à questão racial brasileira, considerada pelo Centro como uma questão nacional. O primeiro programa: “As relações do Brasil com a África e sua repercussão na sociedade brasileira, em geral, e na comunidade negra, em particular”, teve participação majoritária de acadêmicos negros ou africanos. Os programas e demais ações do CEAA serão mencionados na parte final deste trabalho.

OS ESTUDOS AFRICANOS NA EUROPA E ESTADOS UNIDOS: ALGUMAS REFERÊNCIAS

Os estudos africanos de caráter acadêmico tiveram origem na Europa. Eles foram, de certa forma, os herdeiros das sociedades geográficas criadas na segunda metade do século XIX. A sua principal motivação era a de impulsionar a expansão colonial europeia desse final de século. Nelas predominava um tipo de evolucionismo que podemos sintetizar com Tylor, seu principal mentor. Ele é direto e explícito: “A raça humana é una na sua origem, una no seu progresso [...], enquanto sobrevivências [de estágios anteriores], enquanto racionalidades mortas, as culturas primitivas eliminam-se teoricamente na análise. Elas devem ser abolidas praticamente, realmente, na vida efetiva. Devem ser suprimidas em razão da sua conexão com fases anteriores da história intelectual do mundo”⁴. O colonialismo foi o executor dessa tarefa; o racismo foi a sua ideologia orgânica.

Após a conquista, vencida a resistência africana e iniciada a ocupação, o colonialismo fez uso de um novo arsenal doutrinário para uma nova fase –a

² Pellissier, René 1982 “Aspects de l’africanisme brésilien” *Le Mois en Afrique*, N. 200, jul-set, p. 57.

³ *Idem*, pp. 66-75.

⁴ Tylor, H. *Primitive Society 1871* (Londres).

administração—. O mais adequado é uma corrente do funcionalismo que teve como mentor o antropólogo inglês Radcliffe-Brown. Ele foi muito útil num tipo de colonização muito particular empregada na África Ocidental inglesa —*indirect rule*—. Tratava-se de uma administração colonial com parceria subalterna das cortes e cheferias africanas; isso não se repetiu no restante da colonização inglesa no continente, a maior parte formada por colônias de povoamento branco. Esse funcionalismo foi usado como ferramenta para conhecer esquematicamente estas sociedades e, igualmente, para formar quadros para as tarefas elementares da administração. A instituição padrão desta época foi o *International African Institute*, criado em Londres em 1926. Era uma época em que a síntese do colonialismo era pronunciada em quatro palavras inglesas: *God, gold, goods and glory*.

A criação, na Universidade de Londres, no pós-guerra, da *School of Oriental and African Studies*, antes restrita aos estudos do Oriente, pode ser considerada um marco na transição para o mundo acadêmico dos estudos africanos. Um novo patamar é atingido quando, no início da década de 1960, a Universidade de Cambridge passou a editar o *Journal of African History* e iniciou a publicação, em seis volumes, da pioneira coleção da História da África.

Na França, durante a época colonial, os estudos africanos tinham como principal referência o *Institut Français de L'Afrique Noire (IFAN)* com expressiva representação em Dakar. Com a independência do Senegal, em 1960, o nome passou a ser *Institut Fondamental de L'Afrique Noire*, mantendo a afamada sigla.

No pós-guerra, sob a direção de Fernand Braudel, foi criado, na *École des Hautes Etudes*, de Paris, o Centro de Estudos Africanos. Na mesma época, os intelectuais africanos criaram, também em Paris, a Sociedade Africana de Cultura que, desde 1947, edita a revista *Présence Africaine*, onde consagrados escritores franceses participaram.

O permanente interesse nacional francês pela África levou à criação, depois das independências de suas colônias, a uma vasta rede mundial francófona de instituições. Isso favoreceu a criação, no país, de inúmeros centros de estudos africanos.

A década de 1980 —designada na África “a década de todas as crises”— provocou uma revisão na orientação dos estudos africanos na França. Um grupo de pesquisadores franceses e africanos, liderados por François Bayart, lançou uma nova revista, *Politique Africaine*, que se tornou publicação de referência para todos os africanistas seja qual for o continente.

Nos Estados Unidos, os estudos africanos tiveram como pioneiros os professores negros dos *black studies*, que introduziram o estudo da África e, claro, da Diáspora, nos currículos das suas faculdades. A consolidação destes estudos deu-se a partir de 1959, com a criação da Associação dos Estudos Africanos (ASA,

sigla em inglês). Dois fatores influenciaram bastante essa consolidação: a descolonização da África e a Guerra Fria.

Entretanto, esse interesse foi controlado pelo governo americano através de uma lei do Congresso, sobre a Educação e Segurança Nacional, estabelecendo que os estudos de área (onde estão enquadrados os estudos africanos) financiados pelo governo devem ter compromisso direto com os interesses da segurança nacional⁵.

O fim da Guerra Fria e as mudanças operadas pela globalização puseram em questão os estudos de área e, sobretudo, aqueles sobre África, dada a marginalização que o continente vinha sofrendo durante a década de 1990. Segundo I. Wallerstein, os estudos africanos estão sofrendo, desde a última década, uma diluição no seio dos estudos culturais, e multiculturalistas. Nos Estados Unidos, estaria prevalecendo os estudos sobre a diáspora afroamericana. Mais do que isso, a “velha-guarda” branca persiste no eurocentrismo e predomina a quase ausência de foco nas questões africanas contemporâneas.

Grande parte das respostas a essas questões têm se dado na direção do afrocentrismo e numa reivindicação crescente de uma maior participação dos negros americanos na coordenação destes estudos nas suas universidades. A referida Lei de Educação e Segurança Nacional foi reforçada a partir da Guerra do Golfo, o que aguçou as dissidências no seio da ASA, especialmente dos africanistas negros. Recentemente houve uma atenuação na aplicação da Lei, o que não mudou a substância da questão⁶.

Quanto ao afrocentrismo, o “Velho Mestre” queniano Ali Mazrui circunavega sobre essa noção afirmando que há o afrocentrismo “orgulhoso” com o passado do continente e o afrocentrismo “proletário” que privilegia o senso de dignidade e de lutas do povo africano⁷. Essa noção de afro-centrismo, expressa por Molefeti Assante, que teria cunhado o termo em 1976, está ainda no antigo estoque ideológico do tempo da luta anti-colonial; tem como parente remoto o panafricanismo e a teoria de Cheik Anta Diop, físico e historiador senegalês que hipertrofiou a anterioridade do Egito Antigo na sua obra *Nações Negras e Cultura*, de 1954. Luena Pereira adverte que esta concepção ufanista do continente, que enfatiza um passado grandioso e inovador que foi subjugado pela ação européia através do tráfico e da colonização, tem como consequência tomar a ação européia como uma simples deturpação exógena sobre a realidade africana pré-colonial que seria relativamente harmônica ou mesmo igualitária. “A África ganha aqui

⁵ Keller, E. 1998 “Globalization, African Studies and the Academy” *Travaux et Documents* (Bordéus).

⁶ Idem.

⁷ Jewswicki, Bosomil 2002 “Etudes Africaines: France, États Unis” *Lê Débat*, N° 118, jan-fev., pp. 65-68.

[nessa visão afrocêntrica] uma posição de vítima quase total e fatal da dominação externa e seu devir é tomado pelo signo da ‘resistência’ onde o panafricanismo assume a função redentora”⁸.

Ainda a propósito do afrocentrismo, Clarence Walker tem um comentário que contribui para melhor o compreendermos: “confrontados com a discriminação racial, os negros norte-americanos foram tentados a fazer uma fuga ao passado, atrás de uma África idílica, saída de um Egito negro que seria a mãe da civilização ocidental”⁹.

Tratemos agora de outro neologismo, o afro-pessimismo, este de raiz essencialmente européia. Nesse continente, e marcadamente nos círculos conservadores da França, o afro-pessimismo não apresenta somente uma avaliação das crises africanas, provenientes não só das desigualdades do campo internacional, de programas desastrosos dirigidos por presidentes tiranos e corruptos, cuja permanência no poder era sustentada pelas duas superpotências durante a Guerra Fria. As conseqüências disso se fazem sentir até hoje, embora tenha havido uma sustentada melhoria de condições políticas, ressalvados os bolsões de cruéis conflitos ainda persistindo no continente. Não, o afro-pessimismo dos conservadores europeus é essencialista: ele é bíblico como a maldição de Cam¹⁰.

Para melhor avaliar a posição governamental da França, uma recente legislação – “a lei Chirac” – determina que deve ser valorizado no ensino o papel da França nas suas colônias. Como exemplo a lei enfatiza “a obra civilizatória dos franceses na Argélia”, país que para conquistar sua independência teve que sustentar uma luta armada por oito anos e nela perder quase um milhão de pessoas¹¹.

Sobre o africanismo propriamente dito, a França, que teve papel de destaque em décadas anteriores, sofre ultimamente de um desinteresse por parte dos seus universitários. Nos cursos sobre África predominam os bolsistas africanos. Por outro lado, os estudos africanos, apesar disto, se fortalecem em outros centros universitários fora da velha Sorbonne-Paris I.

Neste panorama, destaca-se uma veterana do africanismo, Catherine Coquery-Vidrovitch, co-autora com H. Moniot, no início da década de 1960, do primeiro manual universitário sobre a História da África editada na França. Premiada recentemente nos Estados Unidos, ela realizou trabalho de campo em três dezenas de países africanos, publicou uma dezena de livros e orientou inúmeras teses de africanos nestas últimas quatro décadas. A tônica da sua atitude para com o africanismo pode ser sintetizada no que ela chama de “olhares cruzados”, isto é,

⁸ Pereira, Luena “O ensino e a pesquisa sobre a África no Brasil e a Lei 10.639”. Cfr. neste volume.

⁹ Walker, Clarence 2004 *Impossible retour. A propos de l’afrocentrisme* (Paris, Karthala).

¹⁰ Coquery-Vidrovitch, Catherine 2002 “De l’africanisme vu de France” *Lê Débat*, No. 118, jan-fev.

¹¹ Jewswicki, Bosomil, op.cit.

a primazia da cooperação horizontal com especialistas africanos e o compromisso com uma África vista de dentro. Ela lembra que, no final dos anos cinquenta era necessário, além de conhecimento, um fundo engajamento para se ser africanista numa França em guerra com a Argélia.

OS ESTUDOS AFRICANOS NA AMÉRICA LATINA

Cabe aqui só uma breve indicação, já que nesta publicação estão presentes várias análises sobre os estudos africanos na nossa região. A entidade representativa dos estudos africanos —e também asiáticos— na América Latina é a Asociación Latinoamericana de Estudios Afro-Asiáticos, criada na cidade do México em março de 1976, com o propósito de congregar especialistas da América Latina em Ásia e África.

A ALADAA teve a preocupação de estimular, nos países latino-americanos, a criação de seções nacionais, às quais se filiariam instituições e pesquisadores individuais. Nesse propósito foi criada em São Paulo, em 1984, a ALADAA do Brasil, com grande número de centros e professores da Universidade de São Paulo e logo alargada para os demais centros, programas de pesquisadores de todo o país.

A iniciativa da criação no México da ALADAA foi do Centro de Estudos de Ásia e África do Norte de El Colegio de Mexico. Este é uma das mais renomadas instituições acadêmicas da América Latina, criada em 1940, mantendo nove centros de ensino, de pós-graduação e pesquisa.

O Centro de Estudos de Ásia e África (CEAA) foi criado em 1968, mas em 1979 estendeu os estudos, que eram limitados à África do Norte, a todo o continente. Teve o apoio da UNESCO para os seus cursos de mestrado que englobam seis áreas geo-culturais de ambos os continentes. Possui uma editora e publica a revista *Asia y Africa*, desde 1965.

OS ESTUDOS AFRICANOS NO BRASIL

Durante décadas, que começam no final do século XIX e se estendem até os anos de 1950, os estudos africanos no Brasil eram entendidos como aqueles realizados sobre “o problema ‘o negro no Brasil’”, como eram designados pelo pioneiro Nina Rodrigues (1862-1906), médico da escola baiana. Esses estudos, afro-brasileiros e africanos se separam de certa forma a partir dos anos sessenta e, recentemente, embora não se confundam, são ministrados em sintonia. Espero que, em breve, a eles se juntem também os estudos da diáspora africana espalhada pelo mundo.

Antes das referências básicas dedicadas aos centros de estudos africanos no Brasil, acho pertinente adiantar uma pequena nota sobre um fato singular: as pessoas mais diretamente ligadas à criação dos centros adiante mencionados tiveram a base da sua formação sobre o continente africano fora do Brasil, mais especialmente em Portugal.

O pioneiro, o Prof. Agostinho da Silva, que foi o primeiro diretor do Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO) da Universidade Federal da Bahia, era português e teve que exilar-se no Brasil por perseguição do regime salazarista. Antes de dirigir o CEAO, foi conselheiro de Jânio Quadros nos assuntos africanos, bem como de Darcy Ribeiro na criação da Universidade de Brasília.

Fernando A. Albuquerque Mourão é brasileiro e fez os seus estudos secundários já em Portugal. Na Universidade de Coimbra e, depois na de Lisboa foi um destacado dirigente da associação de estudantes africanos em Portugal, à qual o regime português deu o nome de Casa dos Estudantes do Império (CEI). Nota: os brasileiros de ascendência portuguesa eram considerados provenientes do Império e, portanto, sócios plenos da CEI. Esta, apesar, ou por causa, do nome foi um celeiro “clandestino” do movimento nacionalista das colônias portuguesas.

Mourão é citado em inúmeras publicações, sobretudo aquelas ligadas à literatura africana e aos movimentos de libertação. Saiu de Portugal, por perseguição política, no que foi auxiliado pelo governo Kubitschek. Foi o fundador operacional do Centro de Estudos Africanos da Universidade de São Paulo, cujo diretor era o Prof. Dr. Rui Coelho, a quem Mourão sucedeu. Com a sua aposentadoria, foram diretores do CEA primeiro Carlos Serrano, nascido em Angola, e atualmente Kabenguele Munanga, natural da República Democrática do Congo (Zaire).

O meu caso foi semelhante ao de Mourão. Também fiz meus estudos secundários e início do superior na cidade do Porto, quando fui da diretoria da Casa dos Estudantes do Império. Também tive que retornar ao Brasil com o auxílio do Consulado Brasileiro do Porto. Casado com angolana Filomena Ramos da Cruz N. Pereira, trabalhamos juntos no birô do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), no Rio de Janeiro, até que as prisões de membros do birô, em 1964, nos impediram por largos anos de continuar a tarefa.

Outra singularidade dos estudos africanos no Brasil é facilmente verificável: a maioria dos universitários negros dedica-se aos estudos afrobrasileiros, sendo raro os especialistas em estudos africanos. Aliás, até hoje não é pouco expressiva a formação de africanistas. Não nos referimos aqui aos que se dedicam aos estudos sobre tráfico e escravidão.

O CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ORIENTAIS – CEAO, DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

O CEAO foi criado em setembro de 1959, por estímulo de Agostinho da Silva e por decisão do reitor Edgar Santos. Nasceu com o apoio do Projeto Oriente da UNESCO, daí o seu nome, também herdeiro dos centros de estudos afro-orientais como o de Londres. Agostinho da Silva cercou-se de uma equipe de pioneiros africanistas que, pouco depois, foram para países africanos da costa ocidental, realizar trabalho de campo. Entre eles: Guilherme Souza Castro, Yeda Pessoa, Vivaldo Costa Lima, Paulo Ribas, Valdir Freitas de Oliveira e Julio Santana Braga.

O CEAO inicia a sua atividade em íntima relação com a comunidade afrobaiana, em especial com as instituições religiosas que servirão de parceiras na pesquisa sobre os temas afrobrasileiros. Os primeiros cursos são sobre a língua ioruba e a história da África, este em caráter de extensão universitária e que se repetirá para professores do ensino básico entre as décadas de 1970-90.

Na cooperação com África, além dos leitores de língua portuguesa e cultura brasileira oferecidos em universidades como as do Senegal, Nigéria e Costa do Marfim, desatou-se, no ano de 1961, o fato inédito de o grupo de estudantes africanos virem estudar no Brasil com bolsas do Itamaraty. A iniciativa fora do governo Jânio Quadros e o CEAO foi a instituição hospedeira que os acolheu para um curso intensivo de português e da realidade brasileira. O primeiro grupo era formado por quinze estudantes; destacamos Fidélis Cabral D'Almada que concluiu o curso de Direito na USP e veio a tornar-se ministro da Justiça e depois da Educação da Guiné Bissau. Ele e Étame Ewane, dos Camarões, que também concluiu seu mestrado em Ciência Política na USP, foram colaboradores de F. Mourão na criação do CEA/USP.

Um segundo grupo, de sete estudantes, chegou em 1962, também oriundo de países da costa ocidental, sobretudo da Nigéria, Gana e Senegal, onde o Brasil já tinha embaixadas. A partir desse segundo grupo, o programa de bolsas do Itamaraty perdeu temporariamente o fôlego para retomá-lo na década de 1970.

O CEAO foi pioneiro no Brasil no lançamento da revista *Afro-Ásia*, em 1965, e que atualmente está revigorada e com destaque.

No início deste século, o CEAO torna-se o primeiro centro a ter um programa de pós-graduação em Estudos Étnicos e Africanos, em parceria com outros departamentos da sua universidade.

O CENTRO DE ESTUDOS AFRICANOS – CEA, DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP)

O CEA foi criado, como já mencionado, por etapas e graças aos esforços de Fernando Mourão. A primeira etapa foi uma iniciativa apoiada pelos estudantes africanos da USP que levou a criação do Centro de Estudos da Cultura Africana em 1965 integrado na disciplina de Sociologia II, que tinha como titular o professor Rui Coelho. Em 1968, já com o nome atual, o CEA é integrado formalmente à USP, e com as alterações estatutárias de 1970 e 72, tornou-se um centro interdisciplinar ligado à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas.

A atuação de base do CEA é ministrar, através dos vários departamentos da sua Faculdade, cursos sobre temas africanos, em três níveis: graduação, mestrado e doutorado. Esse programa, sobretudo no grau de doutorado, obriga os seus alunos a fazer parte da sua pesquisa na África; aí estavam incluídos um bom número de africanos. Fernando Mourão, como professor e orientador, ajudou na formação de massa crítica nos dois outros centros brasileiros.

A revista *África* é editada pelo CEA desde 1978, com uma presença marcante de acadêmicos africanos. A revista, como o CEA, não se ocupa de estudos afro-brasileiros. Deles está vocacionado, por longa tradição, os Programas de Sociologia e Antropologia da USP.

Desde a década de 1970, Fernando Mourão tem sido convidado a atuar em gestão diplomática colaborando com o Itamaraty, até a sua recente aposentadoria. Participou, inclusive, da delegação governamental brasileira ao Festival de Arte e Cultura Africana (FESTAC) na Nigéria, em 1977.

A sua atuação como africanista internacional o levou a fazer parte do Comitê Científico Internacional para a Redação de uma História Geral da África (1975-79), editada pela UNESCO. Mourão também intermediou a tradução para o português pela Ática que terminou por editar somente quatro dos oito volumes. Ele coordenou também na editora Ática uma coleção de literatura africana reunindo escritores de vários países¹².

O ESTUDO DE CASO: O CEAA

SUAS ORIGENS PROGRAMÁTICAS

O Centro de Estudos Afro-Asiáticos foi criado em janeiro de 1973 junto à presidência do então Conjunto Universitário Cândido Mendes. Ele nasceu como

¹² A coleção da Ática, esgotada, não teve nenhuma nova edição.

uma continuidade programática do Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos (IBEAA), que havia sido criado no curto governo Jânio Quadros, junto à presidência da República. Cândido Mendes, então chefe da Assessoria Internacional da Presidência, foi um dos seus principais mentores e Eduardo Portela seu primeiro diretor.

O IBEAA elaborou projetos para a designada Política Externa Independente, inaugurada por Quadros, no que se referia à política externa brasileira, sobretudo aquela voltada para os novos países independentes da África. Com a instauração do regime militar, em 1964, o IBEAA passou temporariamente para a esfera do Ministério das Relações Exteriores –Itamaraty– e, pouco depois, foi desativado.

Cândido Mendes retomou o projeto em 1973 e nomeou José Maria Nunes Pereira, seu assistente num curso de Sociologia Africana na PUC (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro), como vice-diretor executivo do CEAA. Este, trouxe a sua biblioteca de África e Ásia e seus arquivos para uma pequena sala da Faculdade Cândido Mendes no bairro de Ipanema. Ele recrutou alguns universitários africanos residentes no Rio de Janeiro, e outros brasileiros que vieram logo em seguida, como auxiliares de pesquisa.

A trajetória do CEAA pode ser melhor compreendida, nos seus primeiros trinta anos de atividade, se a distribuirmos por três fases. Cada uma delas contém continuidade e mudança e foi gerida por três vice-diretores executivos. Todavia a sua marca principal foi sempre a relação com a evolução da universidade, com as mudanças na sociedade brasileira e as disponibilidades de financiamentos nacionais e internacionais.

Assim sendo, consideramos uma primeira fase, marcada por dois períodos específicos, aquela que vai até meados do ano de 1986, quando assumiu a vice-direção executiva o professor do IUPERJ-UCAM, Carlos A. Hasenbalg, na época já considerado como inovador na análise das relações raciais do Brasil.

Em 1996, após coordenar o Programa África, assume a vice-direção executiva Beluce Bellucci. Exilado do Brasil pelo regime militar ele iniciou um périplo pela América Latina, fez uma pós-graduação em economia do desenvolvimento em Paris. Iniciou então uma temporada de 16 anos em Moçambique, desempenhando aí tanto o papel de cooperante quanto o de consultor internacional, junto a ministérios e outros órgãos do governo.

A nova institucionalização como universidade da “centenária” Cândido Mendes levou Bellucci a dirigir o então criado Instituto de Humanidades, a assumir a direção plena do Centro de Estudos Afro-Asiáticos e, recentemente, a tornar-se pró-Reitor de Graduação da nossa universidade, a UCAM.

A atuação do CEAA expande-se, nesta fase, pelo Instituto que oferece, nos seus cursos de graduação disciplinas de História da África I e II, História da Ásia I e II, e História do Oriente Médio, além de outras disciplinas transversais que

envolvem a parte “sul” do planeta e a época da contemporaneidade. Dirigido para professores, especialmente do ensino básico, o CEAA ministra o mais antigo curso de pós-graduação *lato sensu* de História da África e do Negro no Brasil, iniciado em 1996 e já na sua 11ª turma.

O CEAA E A ÁFRICA DOS ANOS 1970

Nos primeiros anos do CEAA os seus cursos e textos sobre África tinham um caráter introdutório, por vezes de quase simples divulgação. Eram essencialmente voltados para um tipo de conhecimento básico: colonialismo/apartheid/descolonização/lutas de libertação com ênfase na África Austral e focado nas colônias portuguesas, além de uma indispensável introdução à História da África anterior ao século XVI.

Essas questões já não eram prioritárias na agenda dos estudos africanos da época, como haviam sido nas décadas de 1950 e início dos sessenta. Contudo, é de se atentar que elas eram inescapáveis do programa do CEAA porque a esmagadora maioria dos universitários era mantida conscientemente desinformada sobre este continente.

Ao mesmo tempo, as colônias portuguesas – a África mais próxima do Brasil, sem contar Nigéria e seus vizinhos a oeste – estavam submetidas ao “poder branco” da África Austral, mas em fase de luta armada contra o colonialismo, ao mesmo tempo em que o *apartheid* sofria forte contestação dos negros sul-africanos e seus aliados e da opinião pública internacional; na Namíbia ocupada e na Rodésia do Sul, atual Zimbábue, organizava-se a contestação armada de modo crescente. Nesse ambiente político, ideologias como o pan-africanismo e a negritude bem como o anti-imperialismo terceiro-mundista eram pertinentes para os africanos e para nós.

Entretanto, o CEAA foi ao longo desta década e durante os anos oitenta, amadurecendo os seus objetivos e enfoques, sobretudo como resultado do progresso na formação acadêmica dos seus pesquisadores e na contratação de novos, mais graduados.

A atividade de maior impacto do CEAA junto aos universitários do Rio de Janeiro era a realização de cursos de extensão que durante a década de 1970 chegou a média de cinco por semestre, incidindo sobre história africana, pensamento oriental, sociologia da descolonização, Oriente Médio, pensamento político africano contemporâneo e a questão racial brasileira, sempre considerada como uma questão de toda a nação. A média de frequência era à volta de 30 alunos por curso, provenientes, sobretudo das universidades públicas. Por sua vez, eram freqüentes as conferências e mesas redondas que membros do CEAA realizavam tanto na sua sede quanto a convite de outras universidades. Os acontecimentos

políticos na África levavam a equipe do CEEA a conceder entrevistas nos meios de comunicação. As visitas ao CEEA de africanistas e intelectuais africanos pertenciam ao nosso cotidiano.

A nossa biblioteca era uma dos maiores motivos dessas visitas, pois era praticamente a única existente no Rio de Janeiro, sobretudo em atualidade de assuntos africanos.

Em 1978, o CEEA edita o primeiro número da sua revista semestral *Estudos Afro-Asiáticos*, que hoje está no seu 29º ano. Nessa primeira fase os artigos e textos de apoio publicados eram muito úteis aos universitários pela extrema raridade de publicações do gênero.

O CEEA NA INTERMEDIÇÃO DAS RELAÇÕES DO BRASIL COM A ÁFRICA

Durante décadas, o Brasil apoiou o colonialismo português, com exceção, moderada, de um curto intervalo nos governos de Jânio Quadros e de João Goulart, quando, por uma única vez, votou contra o governo de Lisboa. No governo Jânio, acabou se abstendo. Voltou ao tradicional apoio ao colonialismo português durante os três primeiros governos do regime militar, instalado em 1964. No governo Médici (1969-74), houve uma tentativa de conciliar o apoio a Portugal (considerado “relações de família”, como já se dizia na década de 1950) com uma aproximação econômica com a África. Essa aproximação foi traduzida nas viagens que o chanceler Gibson Barboza fez a onze países africanos (nove em 1972, mais duas no ano seguinte). A viagem rendeu dividendos comerciais, mas empacou na área política.

Por essa época, o presidente do Senegal, Léopold S. Senghor, chegou a propor uma parceria com Brasília para intermediar o conflito entre Lisboa e os movimentos de libertação das suas colônias. Lisboa rejeitou energicamente e permaneceu a mudez de Brasília. Nas vésperas da queda do regime ditatorial português essa idéia passou a freqüentar de novo a imprensa e, logo depois da Revolução dos Cravos, que derrubou o regime em 25 de abril de 1974, a idéia passou a interessar a Brasília.

Foi, então, que o porta-voz da Frelimo, de Moçambique, Sérgio Vieira, foi enfático ao dispensar a iniciativa como tardia e que as negociações “estavam sendo feitas pelos movimentos de libertação: o Movimento das Forças Armadas (MFA), de Portugal e os das colônias”.

O Planalto comentou a declaração com Cândido Mendes e este aceitou enviar o vice-diretor do CEEA numa missão a Portugal, ao Senegal e aonde fosse preciso para contactar os dirigentes dos movimentos de libertação das colônias portuguesas que, nessa época estavam sendo administrados por governos de transição sob a égide portuguesa. Encarreguei-me de todos os contatos para

cumprir a missão que alguém, com humor, apelidou de “à procura do tempo perdido”. O foco inicial era estabelecer de imediato um programa de cooperação com a Guiné Bissau, a quem o Itamaraty havia reconhecido a independência desde julho de 1974.

Para além do apoio direto dos movimentos de libertação, contei com a ajuda pessoal de Mário Soares, então Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal e do Coronel Otelo Saraiva de Carvalho, que havia sido chefe operacional da Revolução de Abril e, era na época o principal chefe militar de Portugal (COPCON). Em Dacar fui recebido pelo Ministro das Relações Exteriores, Assanne Seck e pelo chefe de gabinete do presidente Senghor, que se encontrava no exterior. De Dacar, segui por terra para Bissau, visitando os campos de refugiados e quartéis do PAIGC. Na capital, tive uma sessão de trabalho e, dias depois, um almoço com o presidente Luís Cabral e seu ministro da Educação, Mário Cabral. Devido a contatos anteriores pude anunciar ao presidente que Paulo Freire gostaria de cooperar com Bissau na educação de adultos bem como outros professores brasileiros contactados por mim em Lisboa e em Paris.

Nos demais países, os contatos foram feitos com membros portugueses do governo provisório e da liderança dos movimentos de libertação, especialmente em Angola. Voltei a Bissau no ano seguinte, acompanhado de Luis Antônio Rodrigues da Cunha, especialista em projetos educacionais e seu assistente José Arapiraca. Foram elaborados projetos de cooperação onde avultava a criação, na Guiné Bissau, de uma faculdade de ciências que seria, temporariamente, um *campus* avançado da “Cândido Mendes”. Os projetos seriam apresentados como solicitação de cooperação da Guiné Bissau ao governo brasileiro. Eles, contudo, acabaram não sendo considerados nas negociações entre os dois países por abstinência brasileira. Na minha avaliação, a cooperação desse porte com Bissau poderia mostrar a determinação brasileira na cooperação com os países africanos de língua portuguesa. Um amigo guineense comentou posteriormente: “A vitrine guineense não é mais necessária agora, já que o ‘armazém’ angolano foi aberto para o Brasil”.

O CEEA teve uma boa parcela de responsabilidade na visita ao Brasil, em março de 1976, de uma delegação ministerial da Guiné Bissau, a primeira de um governo africano de língua portuguesa ao nosso país. Nos anos imediatos, o CEEA continuou elaborando projetos educacionais para os países africanos lusófonos, no que chamávamos de cooperação “de baixo para cima”. Isto é, para elaborar o projeto o CEEA punha em contato direto instituições africanas e brasileiras interessadas em realizá-los. As instituições de ambos os países faziam então “subir” aos seus governos os respectivos projetos. Estes seriam negociados entre os dois governos. Paralelamente, os apresentávamos, informalmente, ao PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento– que, no entanto deveriam ter seu financiamento solicitado pelo governo brasileiro. Com a continuidade da

abstenção brasileira, o CEEA foi levado a abandonar esse tipo de cooperação em que participava como intermediário e contribuindo com alguns recursos financeiros captados em fundações internacionais privadas.

O PROGRAMA RELAÇÕES DO BRASIL COM A ÁFRICA, SEU IMPACTO NA SOCIEDADE BRASILEIRA EM GERAL, E NA COMUNIDADE NEGRA EM PARTICULAR

Falar deste programa nos remete aos primeiros tempos do CEEA quando, impulsionados pelo contexto político do início dos anos setenta, os universitários e militantes negros começaram a procurar se informar sobre África e a questão racial brasileira. A biblioteca do CEEA, única na cidade a poder atendê-los nestes temas, foi a primeira atração. Também foram atraídos pela realização das Semanas Afro-Brasileiras, realizadas pelo CEEA no Museu de Arte Moderna, em meados de 1974, com o apoio indispensável da SECNEB – Sociedade de Estudos da Cultura Negra da Bahia. Esta instituição era dirigida pelo casal Maximiliano dos Santos (Mestre Didi, sacerdote da casa de culto do Axé Opó Afonjá e artista plástico) e Juana Elbein dos Santos, doutora em Antropologia pela Sorbonne. Estas semanas foram encerradas por um festival liderado por Gilberto Gil, Jardes Macalé, Djalma Correia, que atraiu várias centenas de militantes negros.

Para compreender melhor as relações privilegiadas que o CEEA sempre teve com a comunidade estudantil afrobrasileira é preciso mencionar os memoráveis “Diálogos aos Sábados” que reuniam inicialmente cerca de duas dezenas de estudantes. O propósito deles era ter uma formação básica sobre África e, sobretudo ter um espaço livre para discutir a questão racial brasileira, então emaranhada no “mito da democracia racial brasileira”. Em poucas semanas os participantes ultrapassavam uma centena. Distribuídos em várias salas, procedia-se a dinâmica de grupo a partir de textos que o “Grupão” – formado por professores e militantes negros– que, durante a semana, preparavam na sede do CEEA textos sobre a questão racial e a história da África e do Negro no Brasil. Lembro de uma entrevista do compositor Candeia sobre a criação da Escola de Samba Quilombo. Ele mencionava os apoiantes e salientava que tivera o apoio direto do CEEA que “como vocês sabem, esteve na origem de todas as instituições negras da década de 1970¹³”.

Rememoradas as atuações feitas em parceria com a comunidade afrobrasileira, podemos melhor compreender as razões do financiamento da Fundação Ford, a partir de 1980. Este programa possibilitou uma reestruturação do CEEA que se traduziu em primeiro lugar na contratação de novos pesquisadores

¹³ Entrevista de Candeia Filho, fundador da Escola de Samba Quilombo, ao *Jornal Pasquim*, 25 fevereiro 1981, p. 12.

pós-graduados, na produção de *papers* que reforçaram a revista *Estudos Afro-Asiáticos* e, fundamental para nós, a bolsas para mestrado e doutorado para os pesquisadores antigos.

Este segundo período –1980-86– do que atrás designamos como primeira fase (1974-86) propiciou uma nova sede, instalações novas para a biblioteca e a retomada de cursos de extensão e seminários internos. Também foi neste período que o CEAA realizou um programa de seminários nacionais e internacionais, ímpar na época do regime militar.

A produção acadêmica do CEAA cresceu em três direções complementares: a produção de pesquisa sobre as relações do Brasil com a África, sobre a História do Negro no Brasil e a questão racial e o início de dissertações e teses sobre esta nova área de estudos. Os textos de pesquisa foram publicados na nossa Revista, em publicações de outras universidades e alguns em língua espanhola, inglesa e francesa. Entre os autores: Jaques d’Adesky, Joel Rufino dos Santos, João L. Fragoso, Elimar Nascimento e José Maria Pereira.

O programa de seminários e congressos aumentou em muito o contato direto entre brasileiros –e demais latino-americanos convidados– e especialistas africanos provenientes de cerca de duas dezenas de países africanos com ampla gama de funções e cargos. Além dos africanos, participaram destes seminários inúmeros diplomatas, especialistas estrangeiros em política externa brasileira, que proporcionaram uma frutífera rede de contatos. Eles também foram importantes na inserção do CEAA no estudo das relações internacionais.

A partir de 1980, o Centro passou a integrar o Grupo de Relações Internacionais e Política Externa que atuava no seio da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS).

Esse programa de Seminários proporcionou não só aos pesquisadores do nosso Departamento Afro-Brasileiro como, em geral, aos membros dos movimentos negros que, através deles, se autonomizaram no contato direto com os intelectuais e dirigentes africanos.

Resumimos aqui a série dos seminários e congressos mais expressivos realizados nesta fase. Em maio de 1980 foi realizado o seminário sobre Racismo e Apartheid na África Austral que teve os auspícios do Comitê Anti-Apartheid das Nações Unidas. Em agosto de 1981 realizamos o primeiro “Seminário Internacional Brasil-África numa perspectiva latino-americana e africana no Diálogo Sul-Sul”. Neste seminário predominaram as perspectivas de cooperação e uma análise crítica das relações do Brasil com os países africanos.

O CEAA realizou, em final de julho de 1982, um Encontro Nacional Afro-Brasileiro, que teve a presença desde personalidades negras das décadas de 1920-30, no auge da imprensa negra paulista e da Frente Negra, até as mais recentes lideranças políticas e quadros acadêmicos. A importância do encontro

pode ser também avaliada por ter o CEEA possibilitado o intercâmbio de instituições de pesquisas com programas na área de estudos afro-brasileiros com organizações de base da comunidade negra. O Encontro contou 67 instituições afrobrasileiras de 19 estados e a participação de cerca de 200 interventores distribuídos em 32 mesas redondas. O número 8-9 dos *Estudos Afro-Asiáticos* publicou 53 das comunicações apresentadas. Estiveram também presentes sete centros de pesquisa de seis universidades brasileiras.

Os dois últimos eventos de ampla repercussão que o CEEA organizou neste período foram realizados simultaneamente entre 1º e 5 de agosto de 1983: o IIIº Congresso Internacional da Associação Latino-Americana de Estudos Afro-Asiáticos –a já referida ALADAA– e o Iº Colóquio da Afro-Latinidade.

O IIIº Congresso da ALADAA foi, em certa medida, um reconhecimento do avanço institucional do africanismo brasileiro. O Congresso, além dos temas afro-asiáticos, teve um elevado número de sessões dedicadas aos estudos afrobrasileiros.

Já o I Colóquio da Afro-Latinidade constituiu em grande medida um aprofundamento da temática do Seminário Internacional Brasil-África já referido. Nesse contexto, a marca mais saliente deste evento – e que de certa forma extrapolou o seu objetivo inicial– foi um conjunto específico de sessões dedicadas a uma das preocupações do CEEA nas suas relações com a África: a CTPD – Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento–, programa com grande destaque na época nas Nações Unidas. Nele participaram representantes de dezessete países africanos filiados à ONUDI –órgão das Nações Unidas para o desenvolvimento industrial–. As suas conclusões foram traduzidas num documento formal que também está publicado em *Estudos Afro-Asiáticos* N° 10.

Após 1983, o CEEA passou a desenvolver, com o apoio financeiro da Finep –órgão governamental fomentador de pesquisa aplicada– uma linha de pesquisa incidindo sobre planos de desenvolvimento de países africanos: Angola, Argélia, Camarões, Congo-Zaire, Moçambique e Zimbábue. Antes e depois do trabalho de campo foram realizados seminários com empresários e executivos, que contribuíram para que os nossos pesquisadores olhassem os países do continente não apenas no seu perfil histórico e econômico, mas igualmente com uma visão prospectiva e dentro das possibilidades brasileiras. Os pesquisadores Jacques D’Adesky e José Maria Pereira deslocaram-se a esses países, cabendo a este último Angola, Argélia, Moçambique e Zimbábue. A Finep financiou por um ano um boletim editado pelo CEEA e destinado às empresas: *Conjuntura Africana*.

A atuação do CEEA neste período mereceu avaliações e comentários feitos em dissertações ou relatórios da Fundação Ford e da UNESCO. Eles contribuem para uma melhor compreensão do papel do CEEA nas relações do Brasil com a

África e com “a sociedade em geral e a comunidade negra em particular”, como se refere o principal programa que foi aqui analisado.

A Fundação Ford, no seu relatório de 1988-89, afirma ter tido “uma participação decisiva na consolidação de vários centros de pesquisa brasileiros hoje internacionalmente reconhecidos”. Cita como exemplos cinco instituições: o CEBRAP (Centro de Análise e Planejamento-SP), a FIPE (USP), o Programa de pós-graduação em Antropologia Social (Museu Nacional-UFRJ) e duas instituições da Cândido Mendes, o IUPERJ (pós-graduação em Sociologia e Ciência Política) e o CEEA.

Num texto de 1982, Michael Turner, consultor da Fundação Ford, explica o apoio da Fundação: “o fato do CEEA ter na sua história institucional relações estreitas tanto com os movimentos de libertação da África lusófona quanto com a política brasileira para a África, bem como com os movimentos sociais afro-brasileiros, constituiu uma escolha lógica para a Fundação Ford financiar um programa de ação no campo das relações com a África e com a comunidade afro-brasileira”.

A ÊNFASE NOS ESTUDOS AFRO-BRASILEIROS E NA FORMAÇÃO DE PESQUISADORES NEGROS

Cândido Mendes, em depoimento à antropóloga caboverdiana Hélène Monteiro, pesquisadora do CEEA, sublinhava a necessidade de priorizar o que ele chamou de “parte interna” em complemento aos estudos da África que seria a “parte externa”. Assim sendo, enfatizou a necessidade de: “aprofundar o estudo da identidade afrobrasileira a partir de três elementos: a nossa questão racial, o levantamento das dimensões da diáspora e da cultura urbana do Rio de Janeiro¹⁴”.

A equipe de pesquisadores do CEEA sentia também isso. Pensávamos que o Centro precisava ter nessa área uma atuação mais acadêmica e orgânica com a questão racial. Ansiávamos ser necessário a formação mais intensa de acadêmicos negros que, de pesquisados passassem a ser pesquisadores e atores de uma questão que era nacional.

A nomeação de Carlos Alfredo Hasenbalg como vice-diretor executivo foi uma unanimidade. Tínhamos confiança e conhecíamos a sua abordagem absolutamente inovadora na questão racial. Aliás, ele se dispusera antes disso a ser nosso consultor.

¹⁴ Entrevista de Cândido Mendes a Hélène Monteiro para a sua dissertação de mestrado: *O ressurgimento do movimento negro do Rio de Janeiro na década de 70*, PPGS, IFCS, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1991.

Sobre as mudanças no quadro de pesquisadores e na nova relação com os movimentos negros, Hasenbalg dá um depoimento a Segura-Ramirez, pesquisador colombiano: “Saiu a equipe velha e entrou aquela que eu chamei. Montei a minha equipe, meus pesquisadores. Tentei, por um tempo, trabalhar com a equipe anterior, porém, não havia jeito [...]. O Afro-Asiático era de alguma forma um lugar de circulação do movimento negro no Rio de Janeiro e teve esse problema [...]; se eu quisesse viabilizar o meu programa teria que desfazer-me da equipe velha e isso pode ter provocado algum ressentimento¹⁵”. O próprio Segura-Ramirez comenta Hasenbalg, afirmando que para ele “era de vital importância quebrar o monopólio dos investigadores brancos nos temas afro-brasileiros ou das relações raciais”, e que até então “era uma raridade encontrar negros estudiosos desta questão¹⁶”.

Hasenbalg, em depoimento ao pesquisador colombiano sublinhou: “Agora os militantes negros, o movimento, não é mais o detentor do monopólio da palavra, não podem mais ser o porta-voz monopolizador da expressão da comunidade negra¹⁷”.

Em síntese: partia-se para uma nova fase, aquela em que não seriam nem os cientistas sociais brancos, nem os militantes do movimento, os agentes discursivos dominantes em torno da questão racial brasileira. Os acadêmicos negros estariam preparados, além de legitimados na postura política, para um novo discurso.

A questão posterior a esta fase, da aplicação de ações afirmativas, há uma entre elas, a das cotas para negros nas universidades, faz recordar o alerta de Fernando Rosa Ribeiro, então pesquisador do CEEA quando adverte que a academia e a esquerda velha estão de mãos dadas através “da desconstrução do discurso norte-americano por um lado, e da construção do discurso brasileiro, por outro¹⁸”.

Isso rompe o que penso ser duas das colunas de sustentação mental desse tipo de pensamento: o princípio, a todo custo, da contradição de classes pretender apagar, ou pelo menos escamotear, a questão racial. A outra questão é um sentimento social e/ou nacionalista que não aceita o diferente e que continua caudatário do mito da democracia racial. E a universidade é o centro intelectual da reação à mudança na questão racial brasileira, que pela última vez repetimos, é uma questão nacional.

¹⁵ Segura-Ramirez 2000 *Revista Estudos Afro-Asiáticos (1978-1997) e Relações Raciais no Brasil*, Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, UNICAMP, p. 62.

¹⁶ Idem, p. 16.

¹⁷ Idem, p. 64.

¹⁸ Ribeiro, Fernando R. 1997 “Ideologia nacional, antropologia e questão racial”, *Estudos Afro-Asiáticos*, Nº 31, out. p. 79.

Esta segunda fase do CEEA (1986-96) teve programas financiados não só pela Fundação Ford mas pelas fundações Mellon e Mac Arthur, norte-americanas, pelos organismos de fomento nacionais, como CNPq, CAPES e Finep, e pela UNESCO. Algumas delas já financiavam atividades específicas do CEEA desde a primeira fase.

A equipe nova do CEEA teve financiamento para terminar a graduação, obter o mestrado e, em alguns casos, o doutoramento foi feito nos Estados Unidos. Foi instituído, em nível nacional, um concurso de monografias aberto a estudantes de graduação, bem como um concurso de Dotações para Pesquisas sobre o Negro no Brasil.

Em 1991, teve início o Projeto Moçambique. Numa iniciativa conjunta com a Fundação Ford o CEEA administrou a concessão de bolsas e prestou variada assistência aos estudantes moçambicanos selecionados em Maputo para cursar Ciências Sociais na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Cumpriram o programa vinte moçambicanos, em quatro grupos de cinco alunos, durante quatro anos. Alguns deles fizeram o mestrado e doutorado no Brasil.

A partir de 1998 o CEEA promoveu um Curso Avançado sobre Relações Raciais e Cultura Negra, conhecido como Fábrica de Idéias, coordenado por Lívio Sansone. Eram selecionados em todo o Brasil 30 alunos que, durante um mês, com uma carga semanal de 40 horas, dedicavam-se ao aprendizado ministrado em oito módulos.

Essa fase do CEEA concentrou o maior número de publicações editadas. Além da Revista *Estudos Afro-Asiáticos*, eram editadas *Notícias Africanas*, um semanário de análises para estudantes africanos, *Questões de Raça*, *clipping* bimestral, *Os Números da Cor*, boletim estatístico quadrimestral e o informativo eletrônico *Afronotícias*.

A ÊNFASE NA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL COM A ÁFRICA E A CRIAÇÃO DO CENTRO DE ESTUDOS AFRO-BRASILEIROS

Na gestão de Beluce Bellucci como vice-diretor, concluiu-se o Programa Moçambique e retomou-se, em novos moldes, a cooperação educacional com a África, sendo porém os custos dessa cobertos pelos governos dos países africanos envolvidos. O primeiro convênio foi com Cabo Verde. Administramos as bolsas de cerca de 450 estudantes espalhados por universidades em todo o Brasil. Com Angola, esse programa se iniciou com estudantes ligados às Forças Armadas deste país e também com outros financiados pelos seus governos provinciais. Estas atividades, contidas no Programa de Administração de Bolsas (PAB), teve parceria com um Núcleo de Preparação Acadêmica e Especialização Técnica que, a partir

de 1994, preparou estudantes moçambicanos de nível médio que aspiravam freqüentar universidades brasileiras através de convênio com o Itamaraty.

Nesta gestão de Bellucci, o Departamento Afro-Brasileiro tornou-se um centro autônomo do CEAA, em 1998. Com a reestruturação da Universidade, em 2003, as suas atividades retornaram à situação anterior.

Quanto à tradição do CEAA de realizar seminários e congressos, além daqueles dedicados aos nossos estudantes africanos, foram realizados dois congressos, para nós muito importantes. O primeiro, o da ALADAA do Brasil, em agosto de 1995 e o Xº Congresso da ALADAA em outubro de 2000. As comunicações deste congresso foram editadas em dois volumes em 2001 pelo CEAA.

Quanto às nossas atividades mais importantes nesta fase, foram mencionadas no início deste trabalho: os cursos de África I e II e Ásia I e II e do Oriente Médio e o de pós-graduação *lato sensu* em História da África e do Negro no Brasil¹⁹.

BIBLIOGRAFIA

- Beltrán, Luís 1987 *O africanismo brasileiro; incluindo uma bibliografia africanista brasileira (1940-1984)*. (Recife: Pool).
- Conceição, José Maria Nunes Pereira 1991 *Os estudos africanos no Brasil e as relações com África – um estudo de caso: CEAA (1973-1986)* (FFLCH/USP).
- Coquery-Vidrovitch, Catherine 2002 “De l’africanisme vu de France” *Lê Débat*, N.º. 118, jan-fev.
- Tylor, H. *Primitive Society 1871* (Londres).
- Jewswicki, Bosomil 2002 “Etudes Africaines: France, Étas Unis” *Lê Débat*, N.º. 118, jan-fev., 65-68.
- Jornal Pasquim*, 25 fevereiro 1981.
- Keller, E. 1998 “Globalization, African Studies and the Academy” *Travaux et Documents* (Bordéus).
- Monteiro Hélène 1991, *O ressurgimento do movimento negro do Rio de Janeiro na década de 70*, PPGS, IFCS, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- Pellissier, René 1982 “Aspects de l’africanisme brésilien” *Le Mois en Afrique*, N. 200, jul-set, 57.

¹⁹ Nota Bibliográfica: As fontes primárias utilizadas neste trabalho pertencem ao arquivo pessoal do autor.

Pereira, Luena “O ensino e a pesquisa sobre a África no Brasil e a Lei 10.639”. Cfr. neste volume.

Ribeiro, Fernando R. 1997 “Ideologia nacional, antropologia e questão racial”, *Estudos Afro-Asiáticos*, Nº 31.

Segura-Ramirez 2000 *Revista Estudos Afro-Asiáticos (1978-1997) e Relações Raciais no Brasil*, Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, UNICAMP.

Walker, Clarence 2004 *Impossible retour. A propôs de l'afrocentrisme* (Paris, Karthala).

Zamparoni, Valdemir 1995 “Os estudos africanos no Brasil: veredas” *Revista de Educação Pública* (Cuiabá) V. 4, Nº5, 105-124.